ESCOLA DAS ADOLESCÊNCIAS: DESAFIOS, PROTAGONISMO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL

School of Adolescences: Challenges, Youth Leadership, and Pedagogical Practices for Holistic Education

Alan Martins de Oliveira[1], Ednilson Vieira[2]

1 Doutorando em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: dionice.cunha@hotmail.com
[2] Doutor em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: edinilsonvieira@educaler.us

Resumo

O presente estudo aborda os desafios e as possibilidades da proposta da Escola das Adolescências na promoção da formação integral dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. O objetivo foi analisar, por meio de revisão bibliográfica, as contribuições das políticas públicas, do protagonismo juvenil e das práticas pedagógicas para enfrentar os desafios contemporâneos da educação e promover aprendizagens significativas. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas publicadas entre 2016 e 2026. Os resultados evidenciaram que o reconhecimento da diversidade das adolescências, a valorização do protagonismo juvenil, a adoção de metodologias ativas, a promoção da educação inclusiva e o fortalecimento da participação da família e da comunidade favorecem o desenvolvimento cognitivo, socioemocional, ético e cidadão dos estudantes, além de contribuir para a permanência escolar e a redução das desigualdades educacionais. Conclui-se que a consolidação da Escola das Adolescências depende da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, formação continuada de professores, currículo e práticas pedagógicas inovadoras, capazes de reconhecer os adolescentes como sujeitos históricos, sociais e protagonistas de sua aprendizagem, promovendo uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a formação integral.

Palavras-chave: Escola das Adolescências. Protagonismo juvenil. Formação integral. Práticas pedagógicas. Ensino Fundamental.

Abstract

This study addresses the challenges and possibilities of the School of Adolescences proposal in promoting the holistic education of students in the final years of Elementary Education. The objective was to analyze, through a bibliographic review, the contributions of public policies, youth agency, and pedagogical practices to addressing contemporary educational challenges and fostering meaningful learning. This is a qualitative study of a bibliographic nature, based on the analysis of books, scientific articles, official documents, and academic publications produced between 2016 and 2026. The findings revealed that recognizing the diversity of adolescences, promoting youth agency, adopting active learning methodologies, fostering inclusive education, and strengthening the participation of families and communities contribute to students' cognitive, socio-emotional, ethical, and civic development, as well as to school retention and the reduction of educational inequalities. It is concluded that the consolidation of the School of Adolescences depends on the articulation among public policies, school management, continuing teacher education, curriculum, and innovative pedagogical practices capable of recognizing adolescents as historical and social subjects and active agents in their own learning, thereby promoting a democratic, inclusive, and holistic education.

Keywords: School of Adolescences. Youth Agency. Holistic Education. Pedagogical Practices. Elementary Education.

INTRODUÇÃO

A escola contemporânea tem sido desafiada a responder às profundas transformações sociais, culturais, tecnológicas e educacionais que marcaram a última década. Entre os anos de 2016 e 2026, a ampliação do acesso às tecnologias digitais, as mudanças nas formas de interação social, o fortalecimento das discussões sobre inclusão, diversidade e equidade, bem como os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, evidenciaram a necessidade de repensar o papel da escola na formação das novas gerações.

Nessa observar das mudanças e dos públicos mais afetados, a adolescência emerge como uma etapa do desenvolvimento humano que demanda atenção especial das políticas públicas educacionais, uma vez que representa um período marcado por intensas mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, capazes de influenciar diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Para acompanhar e compreender este novo universo, não requer olhar diretamente ou apenas a perspectiva biológica, pois torna-se ineficaz e mostra-se insuficiente diante da diversidade de experiências vivenciadas pelos estudantes brasileiros, a cada dia e a cada momento surgem novos dilemas.

Percebendo essa realidade, a utilização do termo adolescências, no plural, expressa o reconhecimento de que essa fase da vida é atravessada por fatores culturais, econômicos, territoriais, étnicos, familiares e tecnológicos, produzindo múltiplas formas de ser adolescente. Palco esse que orienta pais, educadores e outras instituições a repensar importantes discussões educacionais nos últimos anos e fundamenta a necessidade de uma escola capaz de reconhecer as singularidades dos estudantes, respeitar suas identidades e promover oportunidades de aprendizagem que dialoguem com suas realidades e projetos de vida.

Essa perspectiva ganhou maior relevância com a implementação da Política Nacional Escola das Adolescências, instituída pelo Ministério da Educação em 2024, que propõe uma reorganização dos anos finais do Ensino Fundamental a partir das especificidades do desenvolvimento adolescente. Política essa que busca fortalecer a permanência escolar, melhorar a qualidade da aprendizagem, reduzir desigualdades educacionais e promover práticas pedagógicas que valorizem o protagonismo juvenil, a participação democrática, a convivência escolar e a formação integral.

Paralelamente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, consolidou um novo paradigma para a Educação Básica ao estabelecer a formação integral como princípio orientador do currículo, a fim de assegurar a aprendizagem de conteúdos, a BNCC propõe o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais, éticas e cidadãs, preparando os estudantes para atuar criticamente em uma sociedade marcada pela inovação tecnológica, pela diversidade cultural e pela constante produção de conhecimentos.

Dados produzidos ao longo da última década evidenciam dificuldades relacionadas à aprendizagem, ao aumento da distorção idade-série, à evasão escolar, à redução do interesse dos estudantes pelas atividades escolares e ao agravamento das desigualdades educacionais, especialmente após a pandemia da COVID-19. Demonstrando que a melhoria da qualidade da educação depende não apenas de mudanças curriculares, mas também da construção de ambientes escolares acolhedores, participativos e capazes de estabelecer relações significativas entre os conhecimentos científicos, as experiências juvenis e os contextos sociais em que os adolescentes estão inseridos.

Nesse processo, o protagonismo juvenil assume papel central como princípio orientador das práticas educativas, no qual reconhecer os adolescentes como sujeitos ativos da aprendizagem significa ampliar sua participação na construção do conhecimento, nas decisões escolares, nos projetos pedagógicos e nas ações voltadas para a comunidade, além de favorecer o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, do pensamento crítico e da participação cidadã, fortalecendo o vínculo entre estudantes e escola e contribuindo para aprendizagens mais significativas.

Desse modo, a formação integral ultrapassa a dimensão exclusivamente acadêmica e passa a compreender o estudante em sua totalidade, considerando os aspectos intelectuais, emocionais, físicos, culturais, sociais e éticos do desenvolvimento humano. Tal concepção reafirma que a escola deve promover não apenas o acesso ao conhecimento científico, mas também o fortalecimento das relações interpessoais, da saúde mental, da cultura da paz, da participação democrática, da inclusão e da construção de projetos de vida.

Com todas essas transformações, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como a proposta da Escola das Adolescências pode contribuir para enfrentar os desafios dos anos finais do Ensino Fundamental, fortalecendo o protagonismo juvenil e promovendo práticas pedagógicas voltadas à formação integral dos estudantes?

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os desafios educacionais e as práticas pedagógicas voltadas à formação integral, e diante destas observações compreender as principais transformações ocorridas na educação brasileira entre 2016 e 2026; discutir os fundamentos teóricos que sustentam a concepção de adolescências e de formação integral; analisar as contribuições das políticas públicas educacionais voltadas aos adolescentes; e identificar práticas pedagógicas capazes de promover aprendizagens significativas, participação estudantil, equidade e desenvolvimento humano.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas publicadas entre 2016 e 2026, no qual espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para ampliar o debate sobre a construção de uma escola que reconheça a diversidade das adolescências brasileiras, fortaleça o protagonismo dos estudantes e

desenvolva práticas pedagógicas comprometidas com uma educação democrática, inclusiva, inovadora e socialmente referenciada.

2. ESCOLA DAS ADOLESCÊNCIAS: DESAFIOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Os anos finais do Ensino Fundamental representam uma etapa estratégica da Educação Básica brasileira por constituírem o período de transição entre a infância e a adolescência, fase caracterizada por profundas transformações biológicas, cognitivas, emocionais, sociais e culturais. Nesse momento, os estudantes passam por mudanças significativas na construção de sua identidade, ampliam suas relações sociais, desenvolvem maior autonomia e consolidam novas formas de participação nos diferentes espaços em que estão inseridos. Essas características tornam indispensável a adoção de práticas pedagógicas que considerem as especificidades do desenvolvimento adolescente, promovendo uma formação integral e assegurando aprendizagens contextualizadas, inclusivas e socialmente relevantes (BRASIL, 2018; BRASIL, 1996).

A adolescência configura-se como um fenômeno complexo que ultrapassa os aspectos biológicos do desenvolvimento humano. Trata-se de um processo construído histórica, social e culturalmente, influenciado pelas condições econômicas, familiares, territoriais e pelas diferentes formas de inserção dos jovens na sociedade. KNOBEL (1989) traz a ideia de que é nesta fase em que se adquire a chamada "síndrome da adolescência", que se destaca por algumas características:

> 1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, em que o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, desde o auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associais de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações de humor e do estado de ânimo (KNOBEL, 1989, p.29).

Nota-se através do posicionamento acima que compreender o adolescente requer reconhecer a diversidade de experiências que marcam essa etapa da vida, rompendo com concepções homogêneas que desconsideram as múltiplas realidades juvenis. Conforme argumenta Dayrell (2007), as juventudes são produzidas em diferentes contextos sociais e culturais, o que exige da escola o reconhecimento das singularidades presentes em cada trajetória escolar.

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento dos adolescentes repercute diretamente nas relações familiares e comunitárias. As mudanças emocionais, comportamentais e sociais próprias dessa fase influenciam as dinâmicas familiares, exigindo processos contínuos de adaptação, diálogo e fortalecimento dos vínculos afetivos. Estudos recentes destacam que a compreensão da adolescência demanda uma análise integrada das dimensões psicológicas, sociais, culturais e econômicas que permeiam a vida dos jovens, reconhecendo que fatores como renda, acesso à educação, redes de apoio e condições de vulnerabilidade interferem significativamente em seu desenvolvimento integral (PAULA et al., 2026; UNICEF, 2021).

Nas últimas décadas, especialmente entre os anos de 2016 e 2026, a educação brasileira passou por profundas transformações decorrentes da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da ampliação das tecnologias digitais, das mudanças nas políticas públicas educacionais e dos impactos provocados pela pandemia da COVID-19. Esses acontecimentos evidenciaram desafios históricos dos anos finais do Ensino Fundamental, como a defasagem na aprendizagem, o aumento da distorção idade-série, a evasão escolar, a redução do engajamento estudantil e o aprofundamento das desigualdades educacionais. Paralelamente, intensificaram-se os debates acerca da necessidade de reorganização curricular e pedagógica dessa etapa de ensino, visando responder às demandas da sociedade contemporânea (BRASIL, 2018; UNESCO, 2021).

Farias (2016) esclarece que as adversidades vivenciadas pelos adolescentes, em termos de provimento de seu pleno desenvolvimento psicossocial, geram grandes desafios relacionados, em igual medida, ao provimento de políticas públicas altivas, no sentido de prover uma seguridade contextualizada com as necessidades inerentes ao desenvolvimento.

> É cada vez mais reconhecido que os indivíduos que sofrem isolamento social têm maior risco de doenças. Experiências psicossociais adversas, como o isolamento social, podem ser particularmente prejudiciais para crianças e adolescentes em desenvolvimento. O distanciamento social pode agravar ou gerar dificuldades funcionais e comportamentais nessa faixa etária. Nota-se também que esse cenário de estresse altera muito a atividade física e o sono, essenciais para o desenvolvimento geral. Há ampla evidência de que esses fatores têm um profundo impacto na plasticidade cerebral e, portanto, no desenvolvimento cognitivo e emocional. Assim, as saúdes física e mental da classe infantojuvenil devem ser um ponto de atenção, considerando-se que essas constituem parte de uma população vulnerável (ALMEIDA et al, 2022, p. 2).

A pandemia da COVID-19 evidenciou fragilidades estruturais já existentes na educação brasileira. A interrupção das atividades presenciais provocou impactos significativos sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças e adolescentes, ampliando desigualdades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais, à conectividade e às condições familiares para acompanhamento das atividades escolares. Neste período diversos estudos apontam que a adoção do ensino remoto ocorreu de forma emergencial, exigindo

rápida adaptação de professores, estudantes e famílias, muitas vezes sem infraestrutura adequada ou formação específica para utilização das tecnologias educacionais (SILVA; ROSA, 2021; FLEXA; SÁ, 2021; BRASIL, 2021).

O contexto pandêmico intensificou questões relacionadas à saúde mental dos adolescentes, aumentando os índices de ansiedade, estresse, isolamento social, insegurança emocional e dificuldades de convivência. Organismos internacionais ressaltam que tais impactos ultrapassam o campo educacional e exigem respostas integradas entre escola, família, serviços de saúde e políticas públicas voltadas à proteção integral da infância e da adolescência (UNESCO, 2021; UNICEF, 2021).

Diante desse cenário, o Ministério da Educação instituiu o Programa Escola das Adolescências, reconhecendo que os anos finais do Ensino Fundamental apresentam especificidades que demandam políticas educacionais próprias. A iniciativa parte do entendimento de que não existe uma única forma de vivenciar a adolescência, mas diferentes "adolescências", influenciadas por fatores sociais, econômicos, culturais, territoriais, étnico-raciais e tecnológicos. O emprego do termo no plural representa uma mudança conceitual importante, pois reconhece a diversidade das experiências juvenis e orienta a construção de práticas pedagógicas pautadas na equidade, na inclusão e no respeito às diferenças (BRASIL, 2024a).

A proposta da Escola das Adolescências fundamenta-se na perspectiva da educação integral, compreendida como um processo que articula o desenvolvimento cognitivo, emocional, social, físico, ético e cultural dos estudantes. Observa-se que a escola deixa de exercer exclusivamente a função de transmissão de conteúdos disciplinares e assume o compromisso de promover experiências educativas capazes de fortalecer o protagonismo juvenil, a autonomia, o pensamento crítico, a criatividade, a resolução de problemas e a participação cidadã. (BRASIL, 2013; BRASIL, 2018).

Essa concepção dialoga com autores que compreendem a aprendizagem como resultado da interação entre sujeito, cultura e contexto social. Vygotsky (2007) destaca que o desenvolvimento humano ocorre por meio das relações sociais mediadas pela linguagem e pelas práticas culturais, enquanto Charlot (2000) afirma que aprender implica estabelecer uma relação de sentido com o conhecimento, articulando experiências pessoais, identidade e projeto de vida. E o fortalecimento do vínculo entre escola, conhecimento e realidade social constitui elemento essencial para tornar as aprendizagens mais significativas durante a adolescência.

Nesse contexto, a proposta da Escola das Adolescências busca reorganizar os tempos, os espaços, o currículo e as práticas pedagógicas para atender às características próprias dessa etapa do desenvolvimento humano. A política incentiva metodologias ativas, projetos interdisciplinares, aprendizagem colaborativa, uso pedagógico das tecnologias digitais, valorização das culturas juvenis e ampliação dos espaços de participação

estudantil, compreendendo que o protagonismo dos adolescentes favorece tanto a permanência na escola quanto a melhoria da aprendizagem (BRASIL, 2024a; BRASIL, 2024b).

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CAPAZES DE RESPONDER ÀS MÚLTIPLAS REALIDADES DOS ADOLESCENTES E FAVORECER SEU DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A proposta da Escola das Adolescências compreende que as práticas pedagógicas devem reconhecer a diversidade de experiências vividas pelos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Ensinar adolescentes requer superar modelos de ensino centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e construir processos educativos que valorizem a escuta, a participação, o diálogo e o reconhecimento das diferentes identidades juvenis. Onde a reorganização curricular deve considerar as especificidades das adolescências, adaptando metodologias, recursos didáticos e experiências de aprendizagem para que façam sentido às diferentes realidades dos estudantes (BRASIL, 2025).

Nessa perspectiva, a formação integral constitui o eixo estruturante das práticas pedagógicas voltadas às adolescências. A Base Nacional Comum Curricular estabelece que a educação deve promover o desenvolvimento pleno dos estudantes, contemplando dimensões cognitivas, físicas, emocionais, sociais, culturais e éticas, favorecendo a construção da autonomia, do pensamento crítico e da participação cidadã (BRASIL, 2018). E assim ampliar o papel da escola, que deixa de priorizar apenas o desempenho acadêmico e passa a compreender o estudante como sujeito integral, cujas aprendizagens estão relacionadas às experiências vividas dentro e fora do ambiente escolar.

Segundo Libâneo (2022), a prática pedagógica contemporânea deve articular conhecimentos científicos, experiências sociais e desenvolvimento humano, promovendo situações de aprendizagem que possibilitem aos estudantes interpretar criticamente a realidade e atuar de forma responsável na sociedade. Para o autor, ensinar não significa apenas transmitir informações, mas organizar experiências educativas que favoreçam a construção do conhecimento por meio da investigação, da resolução de problemas, da argumentação e da reflexão coletiva.

Entre as estratégias capazes de responder às múltiplas realidades dos adolescentes, destacam-se as metodologias ativas de aprendizagem. De acordo com Bacich e Moran (2018), essas metodologias deslocam o foco do ensino para o processo de aprendizagem, incentivando a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas, sala de aula invertida, aprendizagem colaborativa e investigação científica favorecem o desenvolvimento da

autonomia, da criatividade, da cooperação e do pensamento crítico, competências consideradas essenciais para a formação integral dos adolescentes.

O protagonismo juvenil constitui outro princípio indispensável às práticas pedagógicas voltadas às adolescências. O Programa Escola das Adolescências propõe que os estudantes participem das decisões relacionadas ao currículo, aos projetos escolares e às atividades de aprendizagem, fortalecendo seu sentimento de pertencimento e sua corresponsabilidade pelo processo educativo. Dessa forma, o adolescente deixa de ocupar uma posição passiva para atuar como sujeito ativo na produção do conhecimento, na construção de soluções para problemas do cotidiano e na elaboração de projetos que dialoguem com sua realidade social e cultural (BRASIL, 2024).

Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo e um dos responsáveis pela redação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, foi um dos principais nomes brasileiros quando se trata de protagonismo juvenil e sua relação com a educação. Para esse autor,

> o protagonismo é uma forma de ajudar o adolescente a construir sua autonomia, através da geração de espaços e situações propiciadoras de sua participação criativa, construtiva e solidária na solução de problemas reais, como já dissemos, na escola, na comunidade e na vida social mais ampla (Costa, 2001, p. 9).

Corrobora-se para este cenário que as práticas pedagógicas também devem fortalecer a educação inclusiva e o respeito à diversidade. Os adolescentes chegam à escola trazendo diferentes histórias de vida, identidades culturais, condições socioeconômicas, crenças, pertencimentos étnico-raciais e necessidades educacionais específicas. Perspectiva essa voltada para que à escola desenvolver ações que assegurem equidade de oportunidades, valorização das diferenças e combate às diversas formas de discriminação. Charlot (2020) afirma que a aprendizagem adquire sentido quando o estudante percebe que os conhecimentos escolares dialogam com sua história, suas experiências e seus projetos de vida, reforçando a importância de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas.

> Promover relações dialógicas significa entender que o convívio, a apreensão, a produção do conhecimento e a gestão das decisões são processos que precisam ser participativos e horizontais, na medida que se dão na construção e realização da autonomia de cada um. Há carência de espaço de fala e de acolhimento às potências criativas na escola. É preciso prever protagonismo dos estudantes em encontros de trocas de experiências e construção de alternativas para a transformação da escola, a educomunicação pode ser um caminho a se explorar (Cruz, 2019, p. 50).

Outro elemento fundamental consiste na promoção de um clima escolar positivo. Ambientes acolhedores, democráticos e baseados em relações de respeito, confiança e diálogo favorecem tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento socioemocional dos adolescentes. As atividades de ensino podem

contribuir para o desenvolvimento de maior autonomia quando são planejadas com intencionalidade e acompanhamento. Conforme Basso e Abrahão (2018, p. 42):

> Práticas pedagógicas podem favorecer a autorregulação da aprendizagem quando ajudam o aluno a planejar, monitorar e avaliar suas ações. No contexto das demandas emocionais, essa mediação é relevante porque oferece estrutura, previsibilidade e devolutivas construtivas. Assim, o estudante encontra melhores condições para enfrentar dificuldades sem romper o vínculo com a escola e com o conhecimento escolar no cotidiano vivo.

Percebendo diante dessas colocações que a Política Escola das Adolescências pauta esse direcionar ao fortalecimento da convivência escolar, da participação estudantil e da cultura de paz constitui condição essencial para reduzir conflitos, ampliar o engajamento dos estudantes e favorecer sua permanência na escola. E que essas práticas pedagógicas quando bem administradas cooperam a responder as múltiplas realidades, singularidades e contemplando estes adolescentes em permanecer maior tempo no espaço de aprendizagem quebrando desafios impostos pela sociedade como a questão das políticas públicas, acesso às tecnologias e outros que distanciam esse público do campo escolar.

Complementando o desenvolvimento integral, a avaliação da aprendizagem também assume novos significados na perspectiva da formação. No lugar de privilegiar exclusivamente resultados quantitativos, a avaliação passa a constituir um processo contínuo, diagnóstico e formativo, permitindo acompanhar o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais dos estudantes. Luckesi (2020) defende que avaliar deve significar compreender o percurso de aprendizagem do educando para subsidiar intervenções pedagógicas que favoreçam seu avanço, transformando a avaliação em instrumento de inclusão e melhoria da qualidade da educação.

Por fim, a Escola das Adolescências propõe responder às múltiplas realidades dos adolescentes em compreender que nenhuma prática pedagógica produz resultados de forma isolada, através da efetivação da formação integral que a articulação entre currículo, gestão escolar, formação continuada de professores, participação das famílias e envolvimento da comunidade busca essa reorganização sistêmica, orientada por princípios como equidade, protagonismo juvenil, inovação pedagógica, recomposição das aprendizagens e desenvolvimento integral. Portanto, as práticas pedagógicas tornam-se instrumentos de transformação social, capazes de fortalecer a permanência escolar, ampliar as oportunidades de aprendizagem e contribuir para a formação de adolescentes críticos, autônomos, participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva (BRASIL, 2025).

MATERIAIS E MÉTODOS (OU METODOLOGIA)

O presente estudo aborda uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio da análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas publicadas entre 2016 e 2026. O estudo fundamentou-se em referenciais teóricos e normativos relacionados à Escola das Adolescências, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), à formação integral, ao protagonismo juvenil e às práticas pedagógicas, buscando compreender os desafios e as possibilidades da educação nos anos finais do Ensino Fundamental.

Os materiais analisados foram selecionados por sua relevância científica e por abordarem aspectos relacionados às políticas públicas educacionais, ao desenvolvimento integral dos adolescentes, às metodologias de ensino, à educação inclusiva e às estratégias pedagógicas voltadas para a permanência e o sucesso escolar. Enquanto a análise do material permitiu identificar convergências entre os referenciais teóricos e os documentos oficiais, possibilitando uma compreensão abrangente das transformações ocorridas na educação brasileira e das demandas atuais dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental.

Desse modo, a organização e a interpretação dos dados ocorreram por meio da leitura, seleção e análise crítica das produções consultadas, estabelecendo relações entre os diferentes autores e as diretrizes educacionais vigentes. Esse procedimento possibilitou discutir os principais desafios enfrentados pelas escolas, bem como as contribuições da Política Nacional Escola das Adolescências para a promoção de práticas pedagógicas inovadoras, do protagonismo juvenil e da formação integral, evidenciando possibilidades para o fortalecimento da qualidade da educação e da aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia consenso de que os anos finais do Ensino Fundamental exigem uma reorganização das práticas pedagógicas em razão das múltiplas transformações vivenciadas pelos adolescentes. A BNCC (BRASIL, 2018) e a Política Nacional Escola das Adolescências (BRASIL, 2024; 2025) defendem uma educação pautada na formação integral, no protagonismo juvenil e na valorização das diferentes realidades dos estudantes. Essa concepção aproxima-se das reflexões de Dayrell (2016), ao reconhecer a existência de diferentes juventudes, e contrapõe visões homogêneas da adolescência, tradicionalmente descritas por Knobel (1989), cuja abordagem enfatiza os aspectos psicológicos do desenvolvimento.

Os estudos também revelam que os desafios educacionais foram intensificados após a pandemia da COVID-19. UNESCO (2021) e UNICEF (2021) destacam o aumento das desigualdades, da evasão escolar e

dos problemas relacionados à saúde mental. Esses resultados são corroborados por Almeida et al. (2021), que relacionam o isolamento social a prejuízos no desenvolvimento cognitivo e emocional, e por Farias et al. (2016), que defendem políticas públicas voltadas às vulnerabilidades que atravessam a adolescência. Ou seja, os documentos oficiais e a produção científica convergem ao afirmar que os problemas da aprendizagem extrapolam o espaço escolar e refletem condições sociais mais amplas.

Nas práticas pedagógicas, observa-se forte aproximação entre Vygotsky (2018), Charlot (2013) e Libâneo (2022). Embora partam de referenciais distintos, os três autores compreendem que a aprendizagem ocorre quando o estudante participa ativamente da construção do conhecimento e estabelece relações entre os conteúdos escolares e sua realidade. Sob esse viés, Bacich e Moran (2018) defendem que as metodologias ativas favorecem autonomia, colaboração e pensamento crítico, enquanto a Política Escola das Adolescências (BRASIL, 2025) propõe a reorganização dos tempos, espaços e currículos para fortalecer essas práticas.

O protagonismo juvenil aparece como um dos principais pontos de convergência entre os autores. Costa (2001) compreende o protagonismo como condição para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania, entendimento ampliado por Cruz (2019), ao defender relações pedagógicas mais participativas e dialógicas. Entretanto, Galiotto e Mizukami (2026) alertam que o protagonismo não deve ser entendido apenas como responsabilização do estudante, mas como resultado de políticas institucionais que garantam participação efetiva, inclusão e condições adequadas de aprendizagem.

De modo geral, os resultados demonstram que os diferentes autores e documentos analisados convergem ao defender uma escola mais democrática, inclusiva e contextualizada. As diferenças entre os referenciais concentram-se menos nos objetivos da educação e mais nas estratégias para alcançá-los. Assim, a literatura reforça que a consolidação da Escola das Adolescências depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, currículo, gestão escolar e práticas pedagógicas capazes de reconhecer os adolescentes como sujeitos históricos, sociais e protagonistas de sua aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a proposta da Escola das Adolescências representa um importante avanço para a educação brasileira ao reconhecer a diversidade das adolescências e defender práticas pedagógicas voltadas à formação integral dos estudantes. A análise da literatura permitiu identificar que os desafios dos anos finais do Ensino Fundamental, intensificados pelas transformações sociais e pelos impactos da pandemia, exigem políticas públicas, currículo e metodologias capazes de responder às diferentes realidades juvenis.

Os referenciais teóricos e os documentos oficiais analisados, especialmente a BNCC e a Política Nacional Escola das Adolescências, convergem ao defender uma escola mais inclusiva, democrática e participativa, na qual o protagonismo juvenil, a valorização das experiências dos estudantes e a formação continuada dos professores constituem elementos essenciais para a melhoria da aprendizagem e da permanência escolar.

Conclui-se, portanto, que a consolidação dessa política depende do compromisso articulado entre escola, família, comunidade e poder público, fortalecendo práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral e preparem os adolescentes para o exercício da cidadania em uma sociedade marcada pela diversidade e por constantes transformações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabelle Lina de Laia et al. Isolamento social e seu impacto no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. ***Revista Paulista de Pediatria, v. 40, 2021***. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rpp/a/ZjJsQRsTFNYrs7fJKZSqgsv/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 10 ago. 2026.

ALVES, Lucas Henrique Barbosa. Algumas considerações sobre a adolescência. **Anais VII CONEDU** - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67929. Acesso em: 25 ago. 2026.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018. Disponível em: https://www.tecnodocencias.com/ava/pluginfile.php/2392/mod_resource/content/1/Metodologias%20Ativas%20para%20uma%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inovadora%20Uma%20Abordagem%20Te%C3%B3rico-Pr%C3%A1tica%20by%20Lilian%20Bacich%20%20Jos%C3%A9%20Moran%20%5BBacich%2C%20Lilian%5D%20CAP%C3%8DTULOS%20SELECIONADOS.pdf. Acesso em: 15 ago. 2026.

BASSO, Fabiane Puntel ; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Atividades de Ensino que Desenvolvem a Autorregulação da Aprendizagem. ***Educação & Realidade, v. 43, n. 2, p. 495–512, 2018***. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/tZXc5Ymjk6FdyjScfSbXrYz/?lang=pt. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2026

BRASIL**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília**, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-Documento-Final.pdf. Acesso em: 29 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documentos da Política Nacional Escola das Adolescências**. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/arquivos/Infografico_A5_MEC_EDA_v022.pdf. Acesso em: 10 ago. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de recomendações curriculares e pedagógicas: Escola das Adolescências.** Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/arquivos/guia-de-recomendacoes-curriculares-e-pedagogicas.pdf. Acesso em: 29 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 635, de 10 de julho de 2024**. Institui o Programa de Fortalecimento para os Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica – Programa Escola das Adolescências. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/legislacao/PORTARIAN635DE10DEJULHODE2024PORTARIAN635DE10DEJULHODE2024DOUImprensaNacional.pdf. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escola das Adolescências.** Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público**. Agência Senado, 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico. Acesso em: 02 out. 2026.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas** / Bernard Charlot – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos). Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/da-relacao-com-o-saber-as-praticas-educativas-89307-1.pdf. Acesso em: 10 out. 2026.

COSTA, A. C. G. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador**. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

CRUZ, Webert da. Por uma Escola Livre, Diversa e Educomunicativa. ***Juventude e educação: identidades e diretos***. FLACSO Brasil, 2019. Disponível em: https://flacso.org.br/wp-content/blogs.dir/2184/files/2019/02/Juventude_educacao.pdf . Acesso em: 15 set. 2026.

DAYRELL, Juarez. **Juventude, socialização e escola**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ISNI: 0000000507771008
ISSN: 3143-9721

ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/802565663/Erikson-1976-Identidade-juventude-e-crise. Acesso em: 24 set. 2026.

FARIAS, Rejane de et al. **Desenvolvimento psicossocial de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social.** 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/169669/342541.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 ago. 2026.

FLEXA, Nayana dos Santos; MAIA SÁ, Nonato Márcio Custódio. As crianças e adolescentes e os desafios de educar na pandemia. ***Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 446–461, 2021***. DOI: 10.26843/v14.n2.2021.1133.p446-461. Disponível em: https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1133. Acesso em: 25 ago. 2026.

GALIOTTO, . G. M.; NICOLETTI MIZUKAMI, . da G. Protagonismo juvenil: entre a inovação educacional e a racionalidade neoliberal. ***REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA***, Santos, SP, Brasil, v. 17, n. 47, p. 215–235, 2026. DOI: 10.58422/repesq.2025.e1882. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1882. Acesso em: 10 out. 2026.

KNOBEL, M.(1989). **A Síndrome da adolescência normal em A.Aberastury & M. Knobel Adolescência Normal**. (pp.24-62). Porto Alegre: Artes Médicas. Disponível em: https://psicoeducauff.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/09/aberastury-a-adolescc3a3c2aancia-normal.pdf. Acesso em: 17 set. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2022. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204082/2/Livro%20Didatica.pdf. Acesso em: 10 out. 2026.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2020. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/11781/1/cipriano%20carlos%20luckesi%20V1.pdf. Acesso em: 10 out. 2026.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 35-76. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf. Acesso em: 25 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115. Acesso em: 10 ago. 2026.

PAULA, Marco Antônio Teixeira de; PAULA, Silvia Clicia Corrêa dos Santos de; SOUSA FILHO, José Ailton de; KLEMZ, Charles. A adolescência e seus desafios contemporâneos. ***Revista Projeção e Docência, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e2618, 2026***. DOI: 10.54899/rpd.v17n1-2618. Disponível em: https://ojs.projecaoedocencia.com.br/index.php/Projecao3/article/view/2618. Acesso em: 24 set. 2026.

SILVA, A. C.; ROSA, M. C. Impactos da pandemia da COVID-19 na aprendizagem de crianças e adolescentes. ***Revista Educação em Debate***, v. 43, n. 85, p. 150-169, 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/360017573_Impactos_da_pandemia_de_COVID-19_na_aprendizagem_de_criancas_e_adolescentes. Acesso em: 10 ago. 2026.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2021: na minha mente – promovendo, protegendo e cuidando da saúde mental das crianças**. Nova York: UNICEF, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/reports/state-worlds-children-2021. Acesso em: 15 set. 2026.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf. Acesso em: 15 ago. 2026.

ISNI: 0000000507771008
ISSN: 3143-9721